

Moratória, farsas e ilusões

A MISSÃO do Fundo Monetário Internacional (FMI) se protegeu, diante do que aqui constatou: a inflação de junho a disparar para os 25%, um déficit público operacional que não há mais meio de conter sequer no mesmo nível que o registrado no ano passado, e — o pior — o esgotamento das políticas concebidas para modificação desse quadro de deterioração, com um Plano Verão já volatilizado. Os técnicos do FMI assim voltaram para Washington sem mesmo as linhas gerais de um acordo possível: eles têm responsabilidade e apego pela reputação adquirida.

O ACORDO ainda longínquo se tornará provável a tempo de nos poupar de mais uma moratória em setembro, quando vence o compromisso do Brasil com o pagamento de uma quantia estimada em US\$ 2,5 bilhões? O Ministro Mailson da Nóbrega quer preservar a todo custo nossas reservas cambiais, em torno de seis bilhões de dólares. Com o que contaria, então, para fugir à moratória?

SEM acordo com o FMI não haverá liberação de dinheiro novo, nem pelo próprio FMI, como é evidente, nem do Fundo Nakasone ou dos bancos privados credores do Brasil; e sequer dos empréstimos setoriais autorizados pelo Banco

Mundial (Bird). Então, sem querer sacar sobre as reservas cambiais, o que seria certamente uma temeridade, e sem condições de se credenciar a receber empréstimos ou financiamentos, o Governo terá que admitir que caminhamos para a moratória em setembro, época, junto com o mês de março, do desembolso mais oneroso para o pagamento dos juros da dívida externa, nos termos do acordo firmado em 1988 — que não se cumprirá, no segundo semestre de 1989.

Nessa hipótese, o Brasil teria a companhia, lembrada pelo Ministro da Fazenda, de vários outros países da América Latina (Venezuela, Equador, Argentina, Bolívia e Peru). O que não chega a ser propriamente um consolo. Moratória não recomenda ninguém, no mundo austero das finanças e crédito internacionais. Também é uma farsa apresentá-la, ao gosto de certos arranjos populistas, como afirmação heróica de soberania nacional: ninguém vê heroísmo na rendição inconfessa, que é a situação de insolvência; e um heroísmo que seria, ademais, fútil, de vez que de escasso ou nulo efeito positivo, como ficou comprovado pela experiência; inclusive a experiência recente do Brasil.

É DIVERSIONISMO de campanha eleitoral falar, no caso, em au-

ditoria da dívida externa. O Banco Central tem o domínio completo da estrutura de nossa dívida; e, de resto, auditoria por auditoria, aí estão as várias missões do FMI (ou se quiserá negar ao FMI competência e interesse na questão?). Por outro lado, é chover no molhado insistir agora na questão do encaminhamento político da dívida: esse encaminhamento supõe liderança mais que nacional, que não chega de mão beijada.

SE caminhamos inexoravelmente para a moratória, é preciso pelo menos que nos desfaçamos de algumas ilusões, para que seus efeitos perversos possam ser reduzidos a um mínimo: a ilusão de uma moratória decretada unilateralmente, que acaba num monólogo político, sem eco externo e sem platéia; e a ilusão de constituir-se a moratória — qualquer moratória — numa solução, quando ela é, no máximo, uma trégua para recuperação e para a conversão a um desempenho econômico responsável.

SE negociada, a moratória será um começo; mas apenas um começo. E começo das penas, não seu termo. Já se decretada unilateralmente e assumida como um confronto, a moratória não significará começo ou fim — mas o indefinidamente irremediável.